

# Resumo de notícias econômicas

11 de Agosto de 2021 (quarta-feira)

Ano 3 n. 151

Núcleo de Inteligência da Sedet



**CEARÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO E TRABALHO

# **PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 11 DE AGOSTO DE 2021**

## **Ceará critica Ford por se negar a vender a marca Troller**

### **O Estado de S. Paulo**

A decisão anunciada pela Ford na segunda-feira, de encerrar a produção do jipe T4 em Horizonte, em meio às negociações para a venda da fábrica, e de retirar da oferta a marca Troller e o direito de produção do veículo provocaram críticas do governo do Ceará.

Em nota divulgada, a Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho do Estado do Ceará afirmou que a empresa descumpre o que havia combinado em janeiro.

“A marca Troller não é mundial, foi criada por cearenses! Esperamos que a Ford americana e a do Brasil não prejudiquem o desenvolvimento do Ceará e os trabalhadores cearenses”, disse, na nota, o secretário Maia Júnior.

Criada em 1995 por empresários brasileiros, que também desenvolveram o jipe depois batizado de T4, a Troller foi comprada pela Ford em 2007. Quando anunciou o fim da produção de veículos no País, em janeiro, a multinacional fechou as unidades de Camaçari (BA) e Taubaté (SP) e disse que manteria a Troller em operação até o último trimestre do ano, período em que tentaria vendê-la.

O governo acompanhou as negociações e esperava que o eventual comprador mantivesse a produção do veículo e os 470 empregos da planta. Havia três interessados, segundo Maia.

Na segunda-feira, a Ford avisou que vai encerrar a produção do jipe em setembro. Em novembro, serão produzidas peças de reposição até dia 30 e aí a fábrica será desativada.

Maia disse que foi surpreendido pela notícia, após telefonema do diretor institucional da Ford no Brasil, Rogério Goldfarb. Segundo ele, o executivo anunciou a suspensão das negociações alegando decisão da matriz, que contratou empresa especializada em fusões e aquisições para o processo. Também disse, segundo Maia,

que a venda envolveria apenas instalações e maquinários, o que, em sua visão, afasta investidores que queriam manter a fábrica em operação. O secretário informou que o governo do Ceará continuará buscando um entendimento para que a Ford “reflita que a posição tomada pela matriz é indesejada pelo Estado”.

A nota acrescenta que o Ceará “reserva a posição de manter a busca pela continuidade da fábrica para o desenvolvimento do município de Horizonte e a manutenção dos empregos”.

Procurada, a Ford não quis comentar a nota da secretaria. Um dia antes, a empresa informou que iniciará nos próximos dias negociações com o sindicato dos metalúrgicos da região para definir a indenização aos funcionários da Troller, assim como fez com os trabalhadores de Camaçari e Taubaté. Até a semana passada, havia boatos de que a Ford teria acertado a venda da fábrica, mas nem a empresa nem o governo confirmaram. A Ford disse que há interessados, mas não deu detalhes alegando confidencialidade.

As outras duas fábricas que produziam carros (Bahia) e motores (São Paulo) também estão à venda, mas não há informações de negociações com eventuais interessados. Desde o encerramento de atividades produtivas, a Ford passou ser importadora de modelos da marca.

A fábrica mais antiga do grupo no País, a de São Bernardo do Campo, no ABC paulista, foi fechada em 2019 e adquirida por um grupo da área de construção civil que está construindo no local um grande centro logístico.

## **Enviada PEC que fatia precatórios e muda a correção**

### **O Estado de S. Paulo**

O presidente Bolsonaro enviou ao Congresso a proposta que parcela o pagamento de dívidas judiciais da União com empresas, servidores e beneficiários da Previdência, abrindo espaço no Orçamento de 2022 para turbinar o Bolsa Família (rebatizado de Auxílio Brasil) em ano eleitoral. A proposta dilui o desembolso dos “superprecatórios”, acima dos R\$ 66 milhões, ao longo de dez anos. O envio da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) foi anunciado pela Secretaria-geral da Presidência da República. No comunicado, a pasta confirma informação de que muda também o cálculo

de correção de dívidas judiciais – outra medida destinada a abrir espaço para mais gastos do governo no ano que vem.

A PEC cria ainda um fundo a ser abastecido com recursos de venda imóveis, dividendos de empresas estatais, alienação de participações societárias, concessões e partilha de petróleo. Segundo o governo, os valores poderão ser usados para abater dívida pública ou antecipar o pagamento dos precatórios parcelados. As despesas do fundo ficarão fora do teto de gastos. No comunicado enviado pela Secretaria-geral, não há menção ao pagamento de um “bônus” às famílias beneficiárias do Auxílio Brasil com recursos do fundo, como vinha sendo estudado pelo governo. Segundo um integrante da equipe econômica, essa medida não está no texto encaminhado pelo Executivo e será discutida no Congresso para eventual inclusão.

A proposta muda o índice de correção para Selic, hoje em 5,25% ao ano. Atualmente, os precatórios tributários já têm seus valores atualizados pela Selic, mas os alimentares (que incluem benefícios previdenciários ou que envolvam salários de servidores) são corrigidos por IPCA (que acumula alta de 8,35% em 12 meses) mais o juro da poupança (equivalente hoje a 3,675% ao ano). Na prática, a atualização fica acima de 11% ao ano.

Para 2022, são estimados R\$ 30 bilhões em precatórios previdenciários e R\$ 13,7 bilhões em dívidas judiciais relacionadas a gastos com pessoal da União. É quase metade dos R\$ 89,1 bilhões previstos para o ano que vem. No comunicado, a Secretaria-geral da Presidência cita que o custo com correção de precatórios alimentares pode chegar a IPCA mais 6% ao ano.

Até R\$ 66 mil (requisições de pequeno valor): à vista. Acima de R\$ 66 milhões: poderão ser pagos em dez parcelas, sendo 15% à vista e o restante em parcelas anuais. Outros precatórios: poderão ser parcelados se a soma total for superior a 2,6% da receita corrente líquida da União, sendo o critério sempre os de maior valor. Segundo o Ministério da Economia, com essa regra, em 2022, seriam parcelados precatórios acima de R\$ 455 mil.

O presidente da Comissão Especial de Precatórios da OAB Nacional, Eduardo de Souza Gouvea, criticou o parcelamento e afirmou que o governo contraria entendimento já consolidado no STF sobre a atualização monetária desses valores.

## Técnicos associam Fundo Brasil a ‘contabilidade criativa’

### O Estado de S. Paulo

O governo quer usar imóveis da União para turbinar o chamado Fundo Brasil sem que esses aportes fiquem sujeitos à previsão no Orçamento, segundo apurou o Estadão/broadcast com quatro fontes do governo. A medida consta na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que parcela dívidas judiciais da União e cria o fundo de investimento para, no futuro, pagar bônus a beneficiários do Bolsa Família. Técnicos contrários veem a manobra como “contabilidade criativa”. O trecho diz que “não se sujeita à previsão em Lei Orçamentária Anual a destinação de imóveis públicos na integralização e cotas em fundo privado de investimento em que a União seja a única cotista, permitida a participação deste em fundos não exclusivos ou como minoritário”.

Ao serem aportados no fundo privado, os imóveis poderão ser vendidos. Os recursos, por sua vez, seriam usados para abater dívida (60%), antecipar pagamento de dívidas judiciais parceladas (20%) e pagar bônus aos beneficiários do Bolsa Família (20%), divisão que não consta na proposta enviada pelo governo. Esse desembolso ficaria fora do teto de gastos, a regra que limita o avanço das despesas à inflação.

A medida alarmou técnicos da área econômica que acompanharam de perto as manobras fiscais realizadas no governo Dilma Rousseff, que serviram de base para o processo de impeachment da ex-presidente. Para uma fonte, a proposta é considerada “um primor de contabilidade criativa”.

No governo Dilma, a União fez aportes em fundos sem que os recursos passassem pelo Orçamento, incluindo o Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (Fgeduc), usado para operacionalizar o Fies, o Fundo de Garantia de Operações (FGO) e o Fundo de Garantia à Exportação (FGE). O Tribunal de Contas da União (TCU) já criticou essas operações e avisou que elas precisam passar pelo Orçamento, que dá transparência ao que é feito com os recursos públicos. Uma das fontes reconheceu que o caminho proposto “não é bom”, mas ponderou que “o imóvel vai para o fundo, e o fundo está no Orçamento”. Esse mesmo interlocutor argumentou ainda que a criação do fundo e a posterior venda dos imóveis vai poupar o governo federal de continuar tendo gastos com manutenção ou depreciação do patrimônio.

Segundo apurou a reportagem, a Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimentos e Mercados enviou consulta ao TCU sobre a integralização de cotas de fundos com imóveis da União há alguns meses. Em reuniões sobre o tema, a Corte manteve o posicionamento crítico a esse tipo de manobra. Mas a autorização foi mantida no texto da PEC pelos integrantes do governo.

## **Julho tem inflação recorde**

### **Broadcast**

A inflação oficial no País acelerou a 0,96% em julho, o maior resultado para o mês desde 2002, segundo os dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa de inflação acumulada pelo IPCA em 12 meses subiu a 8,99%, o maior patamar desde maio de 2016.

Segundo o IBGE, os aumentos sucessivos em itens monitorados pelo governo, como a energia elétrica e os combustíveis, contribuem para o movimento, junto com o encarecimento das carnes – o produto ficou 34,28% mais caro nos últimos 12 meses.

A energia elétrica acumula aumento de 20,09%. A gasolina subiu 39,65% nos 12 meses encerrados em julho, enquanto o etanol aumentou 57,27%. O gás de botijão ficou 29,29% mais caro.

Conforme o IBGE, a energia elétrica subiu 7,88% só em julho, o equivalente a mais de um terço da inflação, em função da alta de 52% na cobrança extra sobre a conta de luz pelo acionamento da bandeira tarifária vermelha patamar 2. O encarecimento da eletricidade também é consequência de reajustes tarifários em São Paulo, Curitiba e Porto Alegre.

Houve aumento ainda nos preços de itens como gás de botijão, gás encanado, aluguel residencial, condomínio e taxa de água e esgoto. Os alimentos também ficaram mais caros, com o encarecimento de tomate, frango em pedaços, leite longa vida e carnes.

O único grupo com queda de preços foi o de saúde e cuidados pessoais, graças à redução no valor do plano de saúde, determinada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

O resultado veio dentro do esperado, mas o cenário é bastante desafiador e não dá sinais de folga, avaliou o economista Victor Wong, da gestora de recursos Vinland Capital. “As expectativas de inflação estão sensíveis à inflação corrente. Inércia de inflação alta e expectativas acima da meta tornam o quadro mais desafiador”, disse.

Os avanços de preços em bens industriais e em serviços deixam um sinal de alerta muito forte, opinou o economista-chefe da AZ Quest, Alexandre Manoel. A pressão nos preços administrados pelo governo, em razão da crise hídrica, também chama a atenção.

“Caso a tendência de serviços evolua conforme a economia volte ao pré-pandemia, o ciclo da alta de juros pode ser maior. Um país com o histórico do Brasil não pode brincar com a inércia inflacionária. Tem de agir, como o Banco Central vem fazendo”, afirmou Manoel.

O economista-chefe da AZ Quest mantém a previsão de alta de 1 ponto porcentual na taxa básica de juros, a Selic, na reunião de setembro do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC, mas avalia que há chance de acréscimo de 1,25 ponto porcentual, encerrando 2021 aos 7,50% ao ano. Os custos mais elevados da energia elétrica, da passagem aérea e da gasolina foram responsáveis por mais da metade da inflação de julho, mas os aumentos permanecem disseminados, alcançando 64% de todos os itens investigados.

“São diversos os fatores que influenciam no movimento de preços. Existe a questão de repasse de custos, altas de energia elétrica, combustíveis, gás. Isso tudo pode influenciar lojista e empresário a repassar esse aumento de custos para o consumidor final”, afirmou André Almeida, analista do IBGE. “O mês de julho teve influência, principalmente, da alta de energia elétrica, gás, combustíveis, passagens aéreas”, afirmou.

## **Projeção de inflação no ano encosta em 7%**

### **Broadcast**

A projeção do mercado financeiro para a inflação em 2021 se distanciou ainda mais do teto da meta perseguida pelo Banco Central. Os economistas do mercado financeiro alteraram a previsão para o IPCA (o índice oficial de preços) este ano,

conforme o Relatório de Mercado Focus, de alta de 6,79% para 6,88%. Trata-se da 17.ª alta seguida. Há um mês, estava em 6,11%. A projeção para o índice em 2022 foi de 3,81% para 3,84%. Quatro semanas atrás, estava em 3,75%. O relatório Focus trouxe ainda a projeção para o IPCA em 2023, que seguiu em 3,25%.

A meta de 2022 é de 3,50%, com margem de 1,5 ponto (de 2,00% a 5,00%), enquanto o parâmetro para 2023 é de inflação de 3,25%, com margem de 1,5 ponto (de 1,75% a 4,75%).

A meta de inflação é fixada pelo Conselho Monetário Nacional. Para alcançá-la, o BC eleva ou reduz a SELIC. Na hipótese de a meta de inflação ser descumprida, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, terá de enviar uma “carta aberta” ao Ministério da Economia para explicar as razões do estouro. A última vez que isso ocorreu foi em janeiro de 2018, e o motivo foi o descumprimento em outra direção – a inflação de 2017 ficou abaixo do piso da meta. O ex-presidente do BC Ilan Goldfajn justificou, à época, que o maior impacto para a inflação ter desabado em 2017 foi a queda do preço dos alimentos por causa da safra recorde.

Para o controle da alta de preços, o mercado estima que o BC vai subir ainda mais a taxa básica de juros em 2021. A mediana das previsões para a Selic este ano subiu de 7% ao ano para 7,25% ao ano. Hoje, está em 5,25% ao ano.

## **Sem dividendo, governo perde R\$ 30 bi**

### **Folha de São Paulo**

As isenções previstas para a tributação de lucros e dividendos no projeto de Imposto de Renda podem chegar a R\$ 30 bilhões. O cálculo foi feito pelo economista Sergio Gobetti para o Comitê Nacional de Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz), que junto com representantes dos municípios e entidades empresariais pediu ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), audiência para discutir melhor a proposta – e sem que a votação seja feita no afogadilho.

Lira, porém, não atendeu ao pedido e marcou a votação. Novos manifestos para impedir a votação foram apresentados, mas sem sucesso. Os críticos defendem mais transparência no processo e cobram os dados técnicos que estão referendando as estimativas de arrecadação previstas no parecer do relator, Celso Sabino (PSDB-PA).

Pelas simulações que o Comsefaz tem em mãos, a isenção de lucro e dividendos para as empresas do Simples custaria R\$ 24 bilhões; no caso das empresas com lucro presumido (com isenção de até R\$ 240 mil anuais), o custo seria de R\$ 6 bilhões. O Comsefaz está se cercando de dados técnicos de especialistas para alertar os deputados que a aprovação do projeto pode trazer perdas para as finanças dos seus Estados e que, depois de aprovado, será tarde demais, já que parte da arrecadação do IR é dividida pela União com os governos regionais.

O parecer do relator prevê uma queda de 12,5% da alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), a ser compensada com a volta da tributação de lucro e dividendos com uma alíquota de 20%. “Em vez de desonerar empresas à custa de investimentos e serviços públicos para Estados e municípios, a medida mais técnica e sensata deveria ser a de tributar dividendos de verdade”, disse o diretor institucional do Comsefaz, André Horta. Segundo ele, as isenções de R\$ 30 bilhões representam quase um terço da receita potencial sobre dividendos, o suficiente para financiar uma queda de quase quatro pontos da Contribuição Social sobre Lucro Líquido ou do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ).

O relator, que previu uma perda de R\$ 50 milhões no primeiro ano com a isenção do Simples, diz que as simulações estão erradas. “São os dados que são públicos e que estão na Receita”, disse Sabino. Segundo ele, só cinco mil contribuintes do Simples recebem dividendos acima de R\$ 20 mil. Para Horta, o valor do relator está subdimensionado na ordem de 10 vezes.

Com o risco de votação, os Estados estão buscando uma saída para evitar queda de arrecadação com a aprovação do projeto. Uma emenda modificativa ao parecer do relator será apresentada hoje aos líderes da Câmara, estabelecendo travas de segurança para impedir uma queda maior da alíquota do IRPJ caso não haja aumento da arrecadação do imposto.

A emenda foi elaborada no final de semana e será apresentada pelos deputados Ivaldo Bulhões (MDB-AL) e Afonso Florence (PT-BA). Como a arrecadação do IR é dividida com os Estados e municípios, por meio de repasses dos fundos de participação dos Estados (FPE) e dos municípios (FPM), os governos regionais têm perda de arrecadação com a queda de 12,5 pontos percentuais da alíquota IRPJ prevista no parecer de Sabino:

10 pontos em 2022 e mais 2,5 pontos em 2023. Os Estados consideraram que a base de comparação estava recheada de créditos que poderiam comprometer os repasses e trazer riscos para as contas dos governos regionais.

Pela proposta de emenda dos Estados, a queda adicional de 2,5% em 2022 só poderá ocorrer se a receita total líquida em 12 meses até outubro de 2021 for pelo menos R\$ 19 bilhões superior ao montante apurado em idêntico período de 2019, corrigido por uma taxa de crescimento real anual de 3% e pela variação acumulada da média entre dois índices de preços (IPCA e IGPDI). A regra retira do cálculo as receitas não recorrentes, ou seja, extraordinárias, que não se repetem. A regra se repetiria em 2023 para a queda adicional dos 2,5%.

## **Carne feita em laboratório atrai investimentos**

### **O Estado de S. Paulo**

Prepare o seu paladar: a carne de laboratório está prestes a se tornar uma realidade no prato dos brasileiros. A tecnologia, imaginada apenas no desenho animado Os Jetsons, já é desenvolvida por cerca de 70 startups em ao menos 10 países, focadas em insumos, serviços ou produtos finais, segundo o The Good Food Institute. Carne bovina, frango, peixe, camarão. Há empreendedores que trabalham com a reprodução de células dos mais variados animais, e até mesmo leite materno humano. Engana-se quem pensa que é papo futurístico. Em 2020, ocorreu a primeira aprovação de venda comercial de carne cultivada, em Cingapura.

Os números também não deixam dúvidas. No ano passado, os investimentos no setor bateram recorde, totalizando US\$ 360 milhões, o que é seis vezes o levantado em 2019 e 72% do valor arrecadado na história da tecnologia (2016-2020). Ao que tudo indica, o Brasil não ficará fora do mapa do cultivo celular, depois que a BRF e o fundo Enfini Ventures anunciaram, em julho, investimentos na startup israelense Aleph Farms, conhecida por fazer bifés a partir do cultivo de células animais.

A BRF, ao desembolsar US\$ 2,5 milhões, quer disputar um mercado em ascensão e com potencial. Estudo da consultoria norte-americana AT Kearney projeta que a proteína produzida em laboratório deve ocupar 35% do mercado global de carnes até 2040, uma fatia de US\$ 630 bilhões num setor que soma US\$ 1,8 trilhão. De acordo com

Marcel Sacco, vice-presidente da BRF, que espera lançar sua carne cultivada no Brasil a partir de 2024, o foco é o desenvolvimento de tecnologia para a produção de bifes e poder oferecer alternativas a seu consumidor.

“Reproduzir a consistência, a fibra e a experiência de um steak é um estágio mais avançado nesse processo. O desafio é reproduzir todas essas características que o consumidor busca quando consome carne”, destaca Sacco. Num mercado incipiente no Brasil, a novidade, no entanto, esbarra na falta de marcos regulatórios e de tecnologia, pontua o vice-presidente. A produção desse tipo de carne não leva antibióticos e começa com a obtenção de uma amostra de células de alta qualidade de animais, por exemplo por meio de uma biópsia, sem o abate.

As células são cultivadas em laboratório, por meio de um equipamento chamado biorreator. Diferentemente dos transgênicos (geneticamente modificados), a carne cultivada é feita a partir da reprodução de células. Ao final do processo, no microscópio, é possível ver a mesma estrutura de uma carne proveniente de um animal abatido.

O investimento da BRF faz parte da segunda rodada de captações da Aleph Farms, que levantou ao todo US\$ 105 milhões. Essa é a primeira vez que a BRF realiza uma transação de venture capital, que garantirá o uso da tecnologia. “Agora, criamos laços ainda mais fortes de apoio e suporte ao desenvolvimento dessa produção para trazer mais opções de proteínas alternativas ao mercado”, diz Sacco.

Somando os aportes da primeira rodada, o montante obtido pela startup israelense chega a US\$ 118 milhões, vindos de diversas corporações do mundo. Entre as brasileiras, além da BRF, há o Enfini Ventures, fundo de capital de risco voltado ao mercado de proteínas alternativas, que investiu entre US\$ 500 mil e US\$ 1 milhão. Os recursos serão usados na execução dos planos de comercialização de carne cultivada em larga escala global, expansão do portfólio em novos tipos de proteína animal e estruturação da planta-piloto.

A Aleph Farms foi cofundada em 2017 com a incubadora israelense de tecnologia de alimentos The Kitchen (do Strauss Group) e o Instituto de Tecnologia de Israel. A startup anunciou, em fevereiro, a produção de um bife por bioimpressão 3D e, atualmente, está em negociações em vários países para comercializar seus produtos.

Ainda em fase de testes, a proteína cultivada da Aleph poderá chegar ao Brasil também na forma de hambúrguer, almôndegas e embutidos, como salsicha, por exemplo. Porém, por se tratar de tecnologia nova, ainda esbarra em entraves junto à Anvisa e ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

“Todos os mercados estão passando por esse processo agora. Estamos trabalhando para desenvolver o marco regulatório junto aos órgãos do governo, com o apoio de pesquisadores e acadêmicos. Existe uma série de parâmetros que precisam ser criados. O próprio nome ‘carne cultivada’ não está formalizado”, resalta Marcel Sacco. Há ainda o desafio de mudança cultural, que envolve a educação e a conscientização do consumidor. Todavia, Sacco acredita que será um processo natural de mudança de hábito, assim como ocorreu com as proteínas vegetais.

Didier Toubia, cofundador e chefe executivo da Aleph Farms, afirma que a nova rodada de investimentos deve acelerar ainda mais a produção. “Estamos entusiasmados em unir forças com a BRF. Como um dos maiores produtores de carne bovina do mundo, o Brasil é um mercado estratégico para nós”, disse Toubia ao Estadão.

No Brasil, embora a BRF seja a primeira companhia a anunciar a produção de carne cultivada, outras empresas e universidades já estão trabalhando para desenvolver a tecnologia, em sigilo, segundo especialistas do setor. “Há uma percepção de que o Brasil estava saindo atrasado no setor. Agora, o investimento feito pela BRF indica o quanto o nosso País também estará envolvido nesse tipo de tecnologia”, afirma Gustavo Guadagnini, diretor do The Good Food Institute (GFI) no Brasil.

## **Retrofit de prédios ganha novas regras em São Paulo**

### **O Estado de S. Paulo**

Aprovado no último mês pela Câmara de São Paulo, o Programa Requalifica Centro estabeleceu, em sua primeira etapa, incentivos fiscais para estimular o retrofit de prédios antigos na região central da cidade. O objetivo é revitalizar esses edifícios, transformando-os em moradias para adensar a área e resgatar a vocação do centro como ambiente atraente para investimentos, segundo a Prefeitura. A série de incentivos inclui remissão dos créditos de IPTU, isenção de IPTU nos três primeiros anos a partir da emissão do certificado de conclusão de obra e aplicação de alíquotas progressivas para

o imposto pelo prazo de cinco anos, além de redução para 2% da alíquota de ISS para os serviços relativos à obra de requalificação, como engenharia, arquitetura, construção civil, limpeza, manutenção e meio ambiente. A lei prevê isenção de ITBI e das taxas municipais para instalação e funcionamento aos imóveis que forem objetos de requalificação no perímetro do Requalifica Centro, por cinco anos, entre outros benefícios.

Para Cesar Azevedo, secretário de Urbanismo e Licenciamento da cidade, trata-se de um marco importante, que sela uma história de décadas. “Retrofit é um tema discutido há várias gestões”, diz. “O que fizemos foi somar ações mais práticas a essas tentativas, começando por incentivos fiscais para a produção de habitações no centro por meio do retrofit. A segunda fase será o decreto que vai permitir fazer uma análise simplificada desses projetos.”

Para Rafael Esteinbruch, cofundador da Yuca – que oferece apartamentos e quartos individuais ou compartilhados nos principais bairros de São Paulo –, os incentivos fiscais são bem-vindos, mas a dor do retrofit não é exatamente a parte fiscal. “O maior entrave é a burocracia para aprovação do projeto. Entra na mesma esteira que as novas incorporações, só que leva muito mais tempo porque diversos órgãos têm de ser consultados e precisam aprovar.”

O empresário fala que, por serem prédios antigos, muitas vezes a estrutura não bate com o código de obras vigente, por exemplo. “Nossa maior expectativa é a aceleração dessa esteira, porque vai ser um grande catalisador. Tem prédio obsoleto e subaproveitado que poderia reduzir o déficit habitacional. Perto do potencial que temos, ainda é zero o que fazemos de retrofit.” A Yuca tem priorizado projetos de prédios que já são residenciais ou hotéis. São produtos mais líquidos, geralmente com oferta de 1 ou 2 dormitórios, que a empresa transforma em residenciais híbridos, para famílias pequenas e modelo compartilhado, chamado de coliving diz Esteinbruch. “São prédios das décadas de 1930 e 1940 que tiveram uso residencial, depois mudaram para escritórios e podem ser revertidos com um grande apelo: residenciais com comércio no térreo, fachada ativa, coisa que os urbanistas defendem como ideal de cidade.”

## **Bolsa de Valores atrai empresas fora do eixo RIO-SP**

### **Folha de São Paulo**

Empresas fora do eixo Rio-são Paulo avançam na Bolsa. A goiana Boa Safra, de sementes, abriu capital este ano. A construtora Nova Harmonia, também de Goiás, a mineira Rio Branco Alimentos e a paranaense Conasa, de saneamento, preparam oferta de ações.

Maior produtora de sementes de soja no Brasil, a Boa Safra abriu o capital neste ano na Bolsa e atraiu grandes investidores que viram a possibilidade de ampliar a diversificação regional de seu portfólio. A oferta poderia ser só mais uma entre as dezenas de novatas na Bolsa brasileira neste ano. No entanto, há um diferencial: a Boa Safra é apenas a terceira companhia de Goiás listada na B3. A segunda, a produtora de soja Jalles Machado, chegou meses antes. Esses casos refletem uma mudança sutil no perfil da Bolsa brasileira, que começa a ter mais representantes de fora do eixo Rio-são Paulo.

Para a Boa Safra, a meta de IPO existia desde a gênese do negócio. “Já iniciei a empresa com o sonho de abrir capital”, diz Marino Colpo, presidente da companhia, que fundou a empresa ao lado da irmã, em 2009. Segundo o empresário, a ideia desde o início foi pavimentar o caminho para um IPO e, por isso, alguns ritos foram seguidos. Desde 2016, por exemplo, o balanço da Boa Safra é auditado pela KPMG.

A oferta chegou até antes do planejado. Com o mercado ávido por negócios fora do padrão tradicional da B3, a decisão do IPO foi tomada em 2020, junto com a XP, que coordenou a oferta. Antes de lançar a operação, a decisão foi de levar gestores de fundos para visitar a fazenda, para ajudar no entendimento da empresa, visto que poucos analistas conhecem o setor. “Existe essa distância entre a Faria Lima e o agronegócio. Muitos gestores não conheciam o setor, mas percebo que as coisas têm mudado rápido”, diz Colpo.

Essas empresas, antes desconhecidas do centro financeiro paulista, sentiam uma barreira na hora de acessar o mercado de capitais. Não é por menos: das quase 500 empresas com ações listadas na B3, cerca de 300 têm sede no Estado de São Paulo. O que chama também a atenção é que oito Estados brasileiros não têm representantes, um reflexo da estrutural concentração da economia nacional no eixo RIO-SP. Agora, com

um juro ainda em um dígito, a história começou a mudar. O processo de descoberta das empresas no interior do Brasil ganhou dimensão após um dos IPOS icônicos no ano passado: o do Grupo Mateus, gigante varejista do Maranhão, uma das três empresas do Estado presentes na B3.

Apesar de muitos Estados terem representantes listados, grande parte das empresas do interior do País não tem liquidez na Bolsa – boa parte chegou ao mercado há décadas, aproveitando benefícios fiscais que incentivavam a abertura de capital. Agora, a situação é outra. O pano de fundo atual para a chegada de empresas de outras regiões do País na Bolsa, diz o diretor de relacionamento com clientes da B3, Rogério Santana, é a maior funcionalidade do mercado brasileiro. “Há mais investidores olhando IPOS, gestores querendo ouvir histórias diferentes novas e fundos de investimento captando recursos.”

Sócio responsável pelo banco de investimento da XP, Pedro Mesquita diz que a tentativa de desbravar o interior do País visando a futuros IPOS é consciente. “Vemos muitas empresas com potencial”, diz ele, ponderando que, na maioria das vezes, a chegada à Bolsa exige um trabalho de longo prazo.

Para além do agronegócio, em julho, mês cheio de ofertas na B3, provedoras de internet como a Brisanet e a Unifique, que têm forte atuação no Nordeste e no Sul do Brasil, respectivamente, estrearam no pregão. Olhando adiante, a lista de empresas de outros Estados deve continuar crescendo, impulsionada pelos recentes casos de sucesso. Uma delas é a São Salvador Alimentos (de Goiás e dona da marca Super Frango). A oferta pode girar até R\$ 1,5 bilhão. Com pedidos de registro na CVM estão a paranaense Conasa (de saneamento), a Rio Branco Alimentos, dona da marca Pif Paf (de Minas Gerais), e a também goiana Nova Harmonia (de construção). A expansão de negócios fora do eixo Rio-são Paulo na Bolsa deve ganhar um impulso “tech”, afirma o responsável Itaú BBA, Roderick Greenless. “Há muitos polos de tecnologia no Brasil, como em Recife, Belo Horizonte e Florianópolis.”

## **Grupo Mateus convida gestores a conhecer companhia ‘in loco’**

### **Folha de São Paulo**

Com sede no Maranhão e exibindo números que o tornam um gigante do varejo nacional, o Grupo Mateus foi uma das principais aberturas de capital do ano passado e mobilizou todos os grandes nomes da Faria Lima, em operação liderada pela XP. O resultado foi uma das maiores ofertas de ações na Bolsa brasileira: a estreia movimentou R\$ 4,6 bilhões e mostrou que a B3 ainda tem muito o que descobrir Brasil afora.

Agora, quase um ano mais tarde, a companhia fundada em 1986 por Ilson Mateus – que, antes de abrir seu negócio de alimentos chegou a ser garimpeiro em Serra Pelada, no Pará – luta para continuar a ser lembrada pelos investidores e pelos executivos de importantes fundos do País. Como a maioria das gestoras do Brasil está concentrada na Faria Lima, coração financeiro de São Paulo, e no Leblon, o correspondente no Rio de Janeiro, os gestores não conhecem a operação do Mateus no dia a dia. Ou seja: os tomadores de decisão dos grandes bancos não fazem compras em suas lojas, como ocorre com o Pão de Açúcar e o Carrefour, por exemplo. Logo, a rede de atacarejos e atacados percebeu que precisaria traçar uma estratégia para seguir viva na memória dos investidores.

Desde que chegou à companhia, neste ano, esse tem sido o trabalho de Marcelo Korber, gerente de relações com investidores do Grupo Mateus. A meta é manter a comunicação em dia, informando, por exemplo, mensalmente detalhes sobre o crescimento da rede – hoje, já são 182 lojas em operação. “O que temos feito é nos comunicar mais. Aumentamos, por exemplo, o contato com as casas de análise independentes”, comenta Korber. Do lado das pessoas físicas, o movimento tem ajudado: já são 72 mil acionistas, um dos maiores números na Bolsa brasileira. Korber comenta que a empresa estuda a realização de viagens com gestores, no jargão do mercado os “non-deals roadshows”, como são chamadas as reuniões com investidores sem uma operação atrelada. A ideia é mostrar “in loco” o gigantismo do grupo. O próximo passo, afirma o gerente de RI, é atrair os estrangeiros, que hoje têm pouca representação no capital da empresa.

## **Orbia busca no exterior o sucesso obtido no Brasil**

### **Broadcast**

O marketplace Orbia, criado pela Bayer e pela Bravium, comemora os resultados no Brasil da migração do agro para o comércio online e já reforça planos de expansão no exterior. Por aqui, movimentou, de janeiro a julho, R\$ 500 milhões com a comercialização de defensivos agrícolas, adubos e sementes, mais do que o dobro dos R\$ 220 milhões de 2020. A base de clientes cresceu 13% no período, chegando a 188 mil produtores, que representam 72% da área plantada no País. Já o número de distribuidores que vendem insumos na plataforma avançou cerca de 25%, para 244, conta Ivan Moreno, CEO da empresa. Além da pandemia de covid-19, a chegada de filhos e netos de produtores à gestão das fazendas está por trás do salto nos negócios, avalia. “A última década foi a de maior troca de comando no campo, para a segunda ou terceiras gerações, de nativos digitais”, afirma.

O resultado reforça a perspectiva de fechar 2021 com R\$ 1 bilhão em transações e 200 mil produtores cadastrados e sustenta a expansão em várias frentes. Além da parceria com Bunge e revendas de insumos, por meio da qual 2 milhões de sacas de soja e milho já foram comercializadas, a Orbia selou acordo com a trading Eisa, subsidiária do grupo suíço Ecom, para negociação de café no marketplace. Há dois meses, a empresa começou a operar no México e na Colômbia, com seu programa de fidelidade e venda de insumos. Em cada país, espera ter de 2,5 mil a 3,5 mil agricultores cadastrados até o fim do ano. Em setembro, desembarcará na Argentina, incluindo a venda online de commodities agrícolas. Lá, a perspectiva é contar com 10 mil a 12 mil produtores até dezembro.

Moreno diz que estão avançadas as conversas com três grandes bancos de varejo para financiamento de insumos pela plataforma, bem como com duas fintechs – uma delas deve ser anunciada até o fim do ano. Hoje, os negócios são financiados por distribuidores ou pelo Sicredi, com limite pré-aprovado a cooperados. “Uma oferta ajustada de crédito aos produtores vai impulsionar os negócios”, afirma o executivo.

***Assessoria de Comunicação – Sedet***

***Fone: (85) 3444.2900***

***www.sedet.ce.gov.br***

INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	1,45	2,67	-3,56	5,77
Brasil	1,78	1,41	-4,06	4,85

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO ANUAL (PIB) (R\$ MILHÕES) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	155.903,82	166.959,80	168.285,73	188.355,17
Brasil	7.004.141,00	7.407.023,57	7.447.858,25	8.263.567,80

PARTICIPAÇÕES PIB ANUAL (%) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
PIB_CE/PIB_BR	2,23	2,25	2,26	2,28
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33

Fonte: IBGE e IPECE.

Notas: (\*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (\*\*) Valores projetados, sujeitos a revisão; Atualizado em 17/06/2021.

CONTAS EXTERNAS DO CEARÁ (US\$ MILHÕES) (JAN-JUN)				
	2018	2019	2020	2021
Exportações	1.025,65	1.130,41	951,02	1.071,64
Importações	1.305,02	1.097,79	1.206,18	1.540,16
Saldo Comercial	-279,37	32,62	-255,16	-468,52

Fonte: MDIC.

ESTOQUE DO VOLUME DE CRÉDITO				
	2018	2019	2020	2021 (Até maio)
Brasil (R\$ Tri)	-	3,48	4,02	4,18
Ceará (R\$ Bi)	71,32	76,77	87,14	89,31

Fonte: Banco Central.

PRINCIPAIS ÍNDICES				
ATIVIDADE (Acumulado até Maio) (base: igual mês ano anterior) (%)				
	2018	2019	2020	2021
Produção Física Industrial	0,7	2,8	-22,1	25,3
Pesquisa Mensal de Serviços	-9,3	-3,1	-11,7	2,8
Vendas Mensais do Varejo Comum	3,6	-0,8	-17,8	5,1
Vendas Mensais do Varejo Ampliado	5,0	2,8	-17,2	19,2
INFLAÇÃO (Acumulado até Maio)				
	2018	2019	2020	2021
IPCA -BRASIL	3,75	4,31	4,52	3,77
IPCA -FORTALEZA	2,9	5,01	5,74	5,11
INPC	-	4,48	5,45	3,95
IGP-M	7,54	7,3	23,14	15,08

Fonte: IBGE e FGV.

MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ				
INDICADOR	2018	2019	2020	2021.1
Desocupação (%)	10,1	10,1	14,4	15,1
Nível de ocupação (%)	50,3	50,8	42,8	40,4
<b>População em idade de trabalhar</b>	<b>7.312 (100%)</b>	<b>7.410 (100%)</b>	<b>7.620 (100%)</b>	<b>7.623 (100%)</b>
	4.088	4.185	3.808	3.631
<b>Força de trabalho (mil)</b>	<b>(56%)</b>	<b>(56%)</b>	<b>(50%)</b>	<b>(48%)</b>
Ocupada (mil)	3.676	3.762	3.259	3.082
Formal (mil)	1.630	1.702	1.534	1.422
Informal (mil)	2.046	2.060	1.725	1.660
Desocupada (mil)	412	423	549	549
<b>Fora da Força de trabalho (mil)</b>	<b>3.224 (44%)</b>	<b>3.225 (44%)</b>	<b>3.812 (50%)</b>	<b>3.992 (52%)</b>
Desalentados (mil)	328	358	466	466
<b>Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$)</b>	<b>1.525</b>	<b>1.685</b>	<b>1.656</b>	<b>1.766</b>

Fonte: IBGE (PNAD Contínua).

ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS							
REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021* (Até junho)
Ceará	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.509.818	1.523.888	1.547.833
Nordeste	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.683.272	8.704.922	8.829.593
Brasil	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	47.554.211	47.633.520	48.866.892

Fonte: RAIS/ME e NOVO CAGED.

\* O estoque de empregos 2020: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020.

\*\* O estoque de empregos 2021: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020 e 2021.

CADASTRO GERAL DE DESEMPREGADOS E EMPREGADOS DO CEARÁ (JAN-MAIO)		
Indicadores	2020	2021
Contratações	136.612	182.814
Demissões	181.915	158.869
Saldo de Empregos Gerados	-45.303	23.945

Fonte: NOVO CAGED.

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ (JAN - JUN)				
ESPECIFICAÇÕES	2018	2019	2020	2021
Abertura	35.121	40.957	38.404	55.775
Fechamento	57.673	15.613	13.265	17.844
Total	-22.552	25.344	25.139	37.931

Fonte: JUCEC.

PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) (JAN-JUN)				
PERÍODO	2018	2019	2020	2021
	8.594.172	7.416.995	8.025.916	10.038.097

Fonte: CIPP